



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____ DE 2015
(Do Senhor Julio Lopes)

Requer na forma do art. 50, § 2º da Constituição Federal e inciso I, do art. 115 do RICD, seja encaminhado à Sua Excelência, o senhor Ministro de Estado das Cidades, o seguinte pedido de informação:

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e Inciso I, do art. 115, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero que seja encaminhado à Sua Excelência, o senhor Ministro de Estado das Cidades, solicitação de envio de relatório circunstanciado de todos os mutuários do programa *Minha Casa Minha Vida-MCMV*, cujos imóveis foram edificados com recursos oriundos do Orçamento da União, por meio dos Fundos de Arrendamento Residencial – FAR, de Desenvolvimento Social – FDS, e das Subvenções Econômicas Destinadas à Habitação de Interesse Social, referentes às modalidades: Oferta Pública, Entidades e Rural.

No relatório deverá conter as seguintes informações:

1. O nome do mutuário, acompanhado do respectivo número do CPF;
2. Indicar a renda do mutuário e a origem desse rendimento e sua compatibilidade com o imóvel adquirido;
3. Endereço do imóvel a que o mutuário fez jus, pelo programa *MCMV*;
4. O valor total do imóvel e a parcela subsidiada e a parcela que compete ao mutuário pagar;
5. Situação de adimplência ou não de cada mutuário. Os casos de inadimplência devem ser relacionados, constando número de parcelas em atraso e o respectivo valor;
6. Indicação do programa e, quando for o caso, da faixa à qual pertence o empreendimento (Faixa 1 ou 2, ou FEHS);



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO JULIO LOPES

7. Informar quais imóveis estão ocupados de forma indevida, indicando suas localizações e quais as providências tomadas para a recuperação dos mesmos.

JUSTIFICATIVA

O Programa, além da grande importância para as famílias de baixa renda, por se tratar de recursos oriundos do Orçamento da União, precisa de segurança e transparência na aplicação desses recursos, a fim de atingir o maior número de famílias que realmente necessitem de moradia.

Pelas razões expostas, e a urgência que a matéria requer, é importante que o Ministério das Cidades preste, o quanto antes, as informações solicitadas.

Para tanto rogo aos nobres pares que a douta Mesa Diretora encaminhe o presente Requerimento de Informação.

Sala da Comissão, de agosto de 2015

Deputado JULIO LOPES
PP - RJ